

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO (CTL) DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024**

Data: 28/05/2024

Horário: 10h00min às 13h00min

Local: FECAM

1	<b><u>I - PARTICIPANTES:</u></b>
2	
3	<b>ANAMMA</b> – Mayara Pereira Silva (Secretária)
4	<b>ABES</b> – Aline Sobroza Pedroso
5	<b>CASAN</b> – Priscila Batista Campos
6	<b>CIMVI</b> – Ausente
7	<b>CREA/SC</b> – Fernanda Maria F. Vanhoni
8	<b>CRQ-XIII</b> – Odilon G. Amado Júnior
9	<b>EPAGRI</b> – Darci Pitton Filho
10	<b>FACISC</b> – Leticia P. Lunardi (Secretária Relatora)
11	<b>FECAM</b> – Schirlene Chegatti (Presidente)
12	<b>FIESC</b> – Luís Henrique C. da Silva
13	<b>FLORAM</b> – Murilo Custódio Oselame
14	<b>IMA</b> – Ausente
15	<b>OAB</b> – Ausente
16	<b>SDE</b> – Ausente
17	
18	<b>Convidados:</b>
19	
20	<b>FAESC</b> - Maicon dos Reis Soares
21	
22	<b><u>II – ABERTURA E PAUTA DE REUNIÃO:</u></b>
23	
24	Às 10h00min do dia 28 de maio de 2024, presencialmente e conforme local acima indicado na convocação,
25	reuniu-se a Câmara Técnica de Licenciamento (CTL), do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA,
26	com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil supracitados.
27	Instalados os trabalhos, iniciou-se a reunião pelo Item 1.
28	
29	<b>Link dos arquivos:</b>
30	<a href="https://drive.google.com/drive/folders/169by6bUNzTDpYCnfto6wVu6DOArMPvBA?usp=drive_link">https://drive.google.com/drive/folders/169by6bUNzTDpYCnfto6wVu6DOArMPvBA?usp=drive_link</a>
31	
32	<b>1. Leitura e aprovação da Ata de reunião anterior:</b>
33	
34	<b><u>Encaminhamento:</u></b> Aprovada por unanimidade a ata da reunião ordinária de 02/05/2024.
35	
36	<b>2. Continuação da discussão das atividades do Grupo de Trabalho (GT) do Código Estadual de Meio</b>
37	<b>Ambiente, a fim de propor as alterações necessárias nas Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017,</b>
38	<b>em função da publicação da Lei Estadual nº 18.350/2022, que "altera a Lei nº 14.675, de 2009, que</b>
39	<b>'Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências', e adota outras</b>
40	<b>providências":</b>
41	
42	<b>2.1. Referente ao Capítulo XII sobre Desativação Temporária e Encerramento da Atividade, foi</b>
43	<b>novamente discutido entre os membros da CTL para ajuste de redação:</b>
44	
45	Redação aprovada na Reunião do dia 02/05/2024:
46	
47	Art. XXX O Plano de Desativação do Empreendimento deverá conter:

48	
49	I - A caracterização da situação ambiental: A situação ambiental deverá ser caracterizada por meio de uma
50	Avaliação Preliminar. Caso sejam identificados indícios ou suspeitas de contaminação na Avaliação
51	Preliminar, deverá ser realizada uma Investigação Confirmatória.
52	
53	II - Informações acerca da remoção e destino dos materiais existentes na área:
54	
55	a) Identificar e quantificar as matérias primas e os produtos remanescentes, e indicar o destino a ser dado
56	a eles;
57	
58	b) Caracterizar os resíduos e indicar o tratamento ou destino a ser dado a eles;
59	
60	c) Identificar os equipamentos existentes e informar o destino dado a eles;
61	
62	d) Caracterizar os materiais que comporão os entulhos provenientes de eventuais demolições e informar o
63	destino dado a eles.
64	
65	<b>Altera-se para:</b>
66	
67	Art. 35-A. O Plano de Desativação do Empreendimento deverá conter:
68	
69	I - A caracterização da situação ambiental: A situação ambiental deverá ser caracterizada por meio de uma
70	Avaliação Preliminar, incluindo a identificação de áreas com potencial de contaminação, através de mapa.
71	Caso sejam identificados indícios ou suspeitas de contaminação na Avaliação Preliminar, deverá ser
72	realizada uma Investigação Confirmatória.
73	
74	II - Informações acerca da remoção e destino dos materiais existentes na área:
75	
76	a) Identificar e quantificar as matérias primas e os produtos remanescentes, e indicar o destino dado a
77	eles;
78	
79	b) Caracterizar os resíduos e indicar o tratamento ou destino dado a eles;
80	
81	c) Identificar os equipamentos existentes e informar o destino dado a eles;
82	
83	d) Caracterizar os materiais e entulhos provenientes de eventuais demolições, e informar o destino dado a
84	eles.
85	
86	<b>2.2. Revisão do Art. 6º da Resolução CONSEMA nº 98/2017:</b>
87	
88	<u>Discussão:</u> Após discussão da redação do Art. 7º, foi definido pelos membros da CTL a inclusão deste
89	através de parágrafos no Art. 6º, conforme segue:
90	
91	Art. 6º O licenciamento ambiental de empreendimento que englobe mais de uma atividade passível de
92	licenciamento deverá ser realizado por um único órgão licenciador, que seja competente para o
93	licenciamento da atividade de maior impacto.
94	
95	§1º O órgão ambiental responsável pelo licenciamento inicial deverá encaminhar o processo,
96	observando-se o art. 4º desta Resolução.
97	§2º As condições indicadas no caput deste artigo não se aplicam aos licenciamentos das atividades de
98	transporte relativas aos códigos 47.10.10 e 53.20.20, ou de canalização de cursos d'água prevista no código
99	33.13.08.
100	
101	Incluído:

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

§3º Os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que se localizarem em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10) licenciados pelo órgão ambiental licenciador estadual, deverão ser igualmente realizados pelo órgão ambiental licenciador estadual.

§4º Os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que se localizarem em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10) licenciados pelo órgão ambiental licenciador municipal, deverão ser igualmente realizados pelo órgão ambiental licenciador municipal.

Parágrafo Único. Fica vedada a formalização de novos requerimentos de licenciamento ambiental no órgão ambiental licenciador, divergente das previstas nos parágrafos §3º e §4º deste artigo, bem como autorizar licenciamentos por diferentes entes federativos.

Justificativa: Adequação à Lei Complementar nº 140/2012.

### 2.3. Revisão do Art. 7º da Resolução CONSEMA nº 98/2017:

Referente ao Art. 7º, ficou definido pelos membros da CTL a seguinte redação:

#### Lê-se atualmente:

Art. 7º Os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que se localizarem em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10) licenciados pela FATMA, deverão ser igualmente realizados pela FATMA.

Parágrafo Único. O licenciamento de empreendimentos e atividades com impactos não locais e localizados em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10), cujo licenciamento tenha sido efetuado por órgão ambiental municipal, poderá ser efetuado pelo próprio órgão ambiental municipal, desde que previamente delegado pela FATMA, por meio de —Termo de Delegação Específico.

#### Altera-se para:

Art. 7º O ente federativo poderá delegar a execução de ações administrativas a ele atribuídas no Art. 6º, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de Conselho de Meio Ambiente.

Justificativa: Adequação à Lei Complementar nº 140/2012.

### 2.4. Discussão acerca do Arts. 43 e 44 da Resolução CONSEMA nº 98/2017, com estabelecimento das seguintes redações:

Art. 43. Revogam-se as Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017;

Parágrafo Único. Às disposições em Lei, Decreto, Resoluções, Instruções Normativas e demais atos da Administração em que houver menção às resoluções revogadas no caput, aplica-se o disposto nesta resolução.

Art. 44. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo Único. Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que estão sujeitos a licenciamento, terão prazo de até 01 (um) ano após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo com esta Resolução.

156  
157 O representante da EPAGRI solicitou registro em ata para que novas atividades licenciáveis preconizadas  
158 nesta revisão de Resolução, possam ter o prazo do parágrafo único do Art. 44 prorrogado, em existindo  
159 demanda motivada para atividades específicas.

160  
161 **2.5. Discussão da Resolução CONSEMA nº 99/2024.**

162  
163 **2.5.1. Alteração do Art. 2º, e do parágrafo 2º do Art. 3º da Resolução CONSEMA nº 99/2024.**

164  
165 Lê-se atualmente:

166  
167 Art. 2º Revogam-se as Resoluções CONSEMA nº 14, de 14 de dezembro de 2012, nº 68, de 07 de agosto de  
168 2015, e nº 71 de 04 de setembro de 2015.

169  
170 **Altera-se para:**

171  
172 Art. 2º Revoga-se a Resolução CONSEMA nº 99, de 5 de maio de 2019.

173  
174 Lê-se atualmente:

175  
176 §2º Restará provisoriamente suspenso, nos termos do Termo de Referência (TR) celebrado entre a  
177 Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA) e a Associação Catarinense de  
178 Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), o licenciamento ambiental municipal dos empreendimentos e  
179 atividades dos códigos 34.16.00 – Antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou poste e  
180 34.16.10 – Compartilhamento de estrutura em torre ou poste para antenas de telecomunicações,  
181 enquadrados ao referido TR, sujeitando- se, em todos os casos, ao licenciamento estadual, ressalvado o  
182 exercício do poder de polícia por parte das municipalidades.

183  
184 **Altera-se para:**

185  
186 §2º Restará provisoriamente suspenso, nos termos do Termo de Referência (TR) celebrado entre o Instituto  
187 do Meio Ambiente – IMA e a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), o  
188 licenciamento ambiental municipal dos empreendimentos e atividades dos códigos 34.16.00 – Antenas de  
189 telecomunicações com estrutura em torre ou poste e 34.16.10 – Compartilhamento de estrutura em torre  
190 ou poste para antenas de telecomunicações, enquadrados ao referido TR, sujeitando- se, em todos os  
191 casos, ao licenciamento estadual, ressalvado o exercício do poder de polícia por parte das municipalidades.

192  
193 **2.5.2. Exclusão do código 20.83.00 no nível de complexidade I da Resolução CONSEMA nº 99/2017, visto**  
194 **que conforme ata registrada em 15/04/2024 foi alterado o potencial poluidor da atividade de Pequeno**  
195 **para Médio. O nível I somente contempla as atividades de potencial poluidor Pequeno.**

196  
197 **3. Assuntos Diversos:**

198  
199 **3.1.** Foi esclarecido para a FAESC os critérios que deverão ser adotados quando da oficialização do  
200 incremento de cadeiras das câmaras técnicas em função da solicitação de cadeira na CTL feita pela  
201 entidade junto à Secretaria Executiva.

202  
203 **3.2.** No final da reunião do dia 28/05/2024 será efetuado o protocolo da revisão das Resoluções CONSEMA  
204 nº 98/2017 e nº 99/2017 junto à Secretaria Executiva do CONSEMA, para apresentação na reunião plenária  
205 do dia 07/06/2024.

206  
207 **3.3.** Leitura e aprovação da ata da Reunião de 28/05/2024 .

208  
209 **III - ENCERRAMENTO:**



210	Após leitura e aprovação desta ata, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Schirlene
211	Chegatti agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a reunião. A correspondente ata foi
212	relatada por Mayara Pereira Silva e Leticia Lunardi.

**Schirlene Chegatti**  
**Presidente da CTL**  
**28 de maio de 2024.**



## Assinaturas do documento



Código para verificação: **57ZY10NJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**SCHIRLENE CHEGATTI** (CPF: 020.XXX.379-XX) em 04/09/2024 às 14:56:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/05/2024 - 18:56:24 e válido até 08/05/2124 - 18:56:24.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VNQUVfMzc3MDZfMDAwMDE0NjZfMTQ2Ni8yMDI0XzU3WlkxME5K> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEMAE 00001466/2024** e o código **57ZY10NJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.